



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo



### PROJETO DE LEI Nº 170 DE 2025 AUTÓGRAFO Nº 155 DE 2025

**INSTITUI A DIÁRIA ESPECIAL POR ATIVIDADE COMPLEMENTAR (DEAC) PARA OS INTEGRANTES DO QUADRO DE SERVIDORES DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL E DO BOMBEIRO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A Câmara Municipal de Mogi Mirim aprova:

**Art. 1º** Fica instituído a **Diária Especial por Atividade Complementar (DEAC)**, no âmbito da Secretaria Municipal da Segurança Pública e Defesa Civil, a fim de que Guardas Civis Municipais e Bombeiros Municipais possam desenvolver atividades em dias e horários específicos, em caráter excepcional e complementar, mediante autorização do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º A seleção dos servidores interessados na prestação de atividades em Diária Especial por Atividade Complementar - DEAC observará critérios objetivos e impessoais, previamente definidos em Decreto do Chefe do Poder Executivo, assegurada a ampla publicidade dos critérios adotados e da ordem de classificação dos inscritos em meios oficiais, bem como, quando utilizada solução informatizada para processamento da seleção, a manutenção de registros auditáveis que permitam a verificação pelos órgãos de controle interno e externo.

§ 2º A concessão das diárias dar-se-á observando-se, rigorosamente, a ordem de classificação na lista da seleção dos inscritos habilitados.

§ 3º A gratificação prevista no *caput* deste artigo tem natureza indenizatória e seu pagamento é incompatível com a percepção de outras vantagens de mesma natureza.

**Art. 2º** O valor de cada hora de DEAC será calculada em Unidade Fiscal do Estado de São Paulo (UFESP) e será paga da seguinte forma:

I - 1,5 (um inteiro e cinco décimos de inteiro), aplicável a Guarda Civil Municipal e Bombeiro Municipal, por hora trabalhada;

II - 1,7 (um inteiro e sete décimos de inteiro), aplicável a Guarda Civil Municipal e Bombeiro Municipal, classificados como Inspetores e Subinspetores, por hora trabalhada;

III - 2,0 (dois inteiros), aplicável ao Cmt GCM e ao Cmt BCM.

**Parágrafo único.** Os valores da DEAC, serão corrigidos anualmente de acordo com a legislação que disciplina o assunto, aplicando-se o indicador utilizado referencial utilizado para o cálculo.



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

## Estado de São Paulo

**Art. 3º** O servidor da Guarda Civil Municipal e do Bombeiro Municipal somente poderá desempenhar até 8 (oito) horas contínuas de atividade operacional de interesse da administração, fora da jornada de trabalho ordinário, observando-se o limite mensal de 10 (dez) diárias.

**Parágrafo único.** Excepcionalmente e no decurso do atendimento da ocorrência, o horário da atividade operacional poderá ser estendido para conclusão da diligência.

**Art. 4º** O servidor desempenhará a DEAC, com uniforme e viatura específicos de cada Corporação.

**Art. 5º** Exercendo a DEAC, até o dia 15 (quinze) do mês, será pago até o dia 30 (trinta) do mês subsequente, observando o limite de dias trabalhados.

**Art. 6º** A DEAC tem natureza indenizatória e não será incorporada aos vencimentos para nenhum efeito, bem como não será considerada para cálculo de quaisquer vantagens e sobre ela não incidirão os descontos previdenciários e os demais descontos decorrentes da natureza da verba.

**Art. 7º** No período em que o servidor estiver exercendo a DEAC, fora de sua jornada de trabalho, somente fará jus ao valor indenizatório que lhe couber, não sendo este computado para qualquer outro eventual benefício oriundo da relação trabalhista.

**Art. 8º** Fica vedado ao Guarda Civil Municipal e ao Bombeiro Municipal exercer a DEAC, quando, ao fim da mesma, emendar com trabalhos em decorrência de eventual escala e/ou rotina operacional ordinária.

**Parágrafo único.** Entre o término da atividade operacional ou de interesse da Administração e o início da jornada de trabalho, haverá um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas para descanso.

**Art. 9º** O Guarda Civil Municipal ou o Bombeiro Municipal não poderá exercer a atividade operacional complementar nas hipóteses de afastamento.

**Art. 10.** Os locais, as atividades e critérios a que serão submetidos os servidores, para fins de concessão da DEAC, serão estabelecidos pelo Chefe do Poder Executivo, assessorado pelo Secretário Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil e pelos Comandantes das Corporações, em Decreto a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo.

**Art. 11.** A realização da DEAC fica condicionada à autorização exclusiva do Chefe do Poder Executivo.

**Art. 12.** As despesas decorrentes da execução da presente Lei ocorrerão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, podendo receber, ainda, emenda impositiva ou de fundo específico para o desiderato.



# **CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM**

## **Estado de São Paulo**

**Art. 13.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Mesa da Câmara Municipal de Mogi Mirim, 16 de dezembro de 2025.

**VEREADOR CRISTIANO GAIOTO**  
**Presidente da Câmara**

**VEREADOR WAGNER RICARDO PEREIRA**  
**1ª Vice-Presidente**

**VEREADORA DANIELLA GONÇALVES DE AMOÊDO CAMPOS**  
**2º Vice-Presidente**

**VEREADOR LUIS ROBERTO TAVARES**  
**1ª Secretário**

**VEREADOR MARCOS PAULO CEGATTI**  
**2º Secretário**

**Projeto de Lei nº 170 de 2025**  
**Autoria: Prefeito Municipal**



# CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo



## Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Mogi Mirim. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar?chave=ESHGW9Z33ZUM9460>, ou vá até o site <https://mogimirim.siscam.com.br/documentos/autenticar> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

**Código para verificação: ESHG-W9Z3-3ZUM-9460**

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE - PROTOCOLO:3247/2025 - 16/12/2025 - 08:24 - ESHG-W9Z3-3ZUM-9460